



Plenário vazio. Só não foi assim na Câmara no dia de votar o próprio aumento salarial

252

Esforço concentrado não vota prioridades

MARIA LIMA

No início do esforço concentrado da Câmara e do Senado, os líderes dos partidos se reuniram e elegeram como prioridade absoluta a votação dos Regimentos Internos das duas casas, Orçamento, Salário Mínimo, Lei de Greve, do Inquilinato e a regulamentação do tabelamento dos juros. Passados 13 dias, o balanço dos trabalhos indica o adiamento de todas estas matérias. As dificuldades só foram superadas para a aprovação dos novos subsídios dos próprios parlamentares, quando o esforço incluiu até tirar senadores da cama, de madrugada, para liquidar o assunto. No Senado, os trabalhos foram mais produtivos, restam apenas algumas medidas provisórias para limpar a pauta pendente.

Nestes primeiros 13 dias de esforço na Câmara dos Deputados, além da fixação da remuneração dos parlamentares, o plenário só conseguiu aprovar os requerimentos para tramitação em regime de urgência dos projetos que definirão a nova Lei de Greve e o Salário Mínimo. Mesmo assim, estas duas matérias correm o risco de serem votadas somente no

ano que vem. Resolvido o problema da fixação dos salários dos parlamentares, haverá dificuldades de assegurar quorum. Faltam apenas 12 dias para o início do recesso parlamentar.

Existem pelo menos três propostas encaminhadas à Mesa da Câmara e do Senado sugerindo a convocação das duas casas durante o recesso, sem nenhuma definição. O primeiro a exigir a convocação extra foi o líder do PSDB na Câmara, o prefeito eleito de Belo Horizonte Pimenta da Veiga. Ele apresenta um calendário de sessões que vai do dia três de janeiro até o fim do recesso, no dia 14 de fevereiro. A proposta do deputado Paulo Mincarone (PMDB/RS) é idêntica, mas o deputado Paulo Paim (PT/RS) já recolheu 260 assinaturas apoiando a convocação até o fim do recesso, com folgas só no Natal e Ano Novo.

TRANQUILIDADE

Enquanto na Câmara os trabalhos não evoluem, no Senado a previsão é de que já na próxima segunda-feira seja liquidada a pauta organizada para o período de esforço concentrado. Mesmo assim, haverá sessões até o dia 15

de dezembro, quando começa o recesso parlamentar. "Vamos ter que inventar uma pauta", diz o secretário-geral da Mesa do Senado, Nerione Cardoso.

Até agora o Senado já aprovou uma proposta de Salário Mínimo do senador Carlos Chiarelli (PFL/RS), que fixa os novos valores em 11 OTNs, encaminhando-o à Câmara; novos embaixadores; empréstimos a estados e municípios e um projeto que cria o Adicional de Tarifa Portuária (ATP). Estão pendentes apenas a indicação do novo presidente do Banco Central e dos governadores de Roraima e Amapá.

Nas sessões do Congresso Nacional durante o esforço concentrado, foram mantidos quatro votos presidenciais e votadas quase uma dezena de Medidas Provisórias, além dos subsídios dos parlamentares. Entre as Medidas encaminhadas pelo Executivo, o Senado rejeitou até agora apenas a que previa gratificações aos servidores do Tribunal Federal de Recursos. No pacote das que foram aprovadas está uma de autoria do presidente interino Ulysses Guimarães, que trata da proibição da pesca durante o período de desova.